

CAPÍTULO III

Administração e fiscalização

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade é gerida por um conselho de administração composto por três ou cinco membros efectivos e podendo ter um ou dois suplentes.

2 — No caso de existência de conselho de administração, os accionistas designam o seu presidente o qual terá voto de qualidade nas reuniões do conselho.

3 — A administração poderá nomear mandatário ou mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos, podendo o conselho de administração nomear um dos seus membros para a gestão corrente da sociedade.

ARTIGO 8.º

1 — Sem prejuízo das atribuições legais e deste contrato, à administração são atribuídos os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade podendo, designadamente:

a) Adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens imóveis ou de outro tipo, incluindo acções, quotas e obrigações, dá-los de locação ou reconhecer direitos sobre eles;

b) Contrair empréstimos ou outro tipo de financiamentos no mercado nacional e estrangeiro;

c) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, propor acções, transigir e desistir das mesmas, assim como comprometer-se em arbitragens.

2 — A sociedade obriga-se em quaisquer negócios jurídicos ou documentos pela assinatura de dois administradores, de um dos administradores designado para o efeito em acta do conselho de administração ou por mandatário da sociedade no estrito âmbito do respectivo mandato.

3 — Em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um administrador ou de um mandatário no estrito âmbito do respectivo mandato.

ARTIGO 9.º

A fiscalização da sociedade será exercida por um conselho fiscal composto de três membros efectivos, em ambos os casos com um suplente, todos eleitos por deliberação dos accionistas que nomearão igualmente o seu presidente que goza do voto de qualidade nas respectivas reuniões.

ARTIGO 10.º

1 — Os membros do conselho de administração caucionarão ou não o exercício do seu cargo conforme for deliberado pelos accionistas no momento da sua eleição.

2 — Em caso de morte, renúncia ou impedimento de membros dos órgãos sociais, as vagas serão preenchidas por deliberação dos accionistas.

CAPÍTULO IV

Deliberações de accionistas e assembleia geral

ARTIGO 11.º

Todas as formas legais de deliberação de accionistas são admitidas na sociedade.

ARTIGO 12.º

1 — A assembleia geral é constituída pelos accionistas com direito a voto.

2 — A presença na assembleia geral de accionistas sem direito de voto e de terceiros depende de autorização do respectivo presidente, sem prejuízo dos direitos imperativamente fixados por lei.

3 — Em quaisquer reuniões de accionistas, a cada grupo de cem acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por cem do número de acções que possuam, sem qualquer limite.

4 — Para os efeitos dos números anteriores, a titularidade das acções nominativas ou escriturais é reconhecida em função dos respectivos registos; quanto aos titulares das acções ao portador, deverão estes depositá-las nos cofres da sociedade ou demonstrar por documento idóneo a sua posse, em ambos os casos até cinco dias antes da reunião.

ARTIGO 13.º

mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário.

ARTIGO 14.º

Sem prejuízo das competências legais e contratuais, compete aos accionistas deliberarem sobre a remuneração dos membros dos corpos sociais e sobre a forma e o montante dessa remuneração.

CAPÍTULO V

Diversos

ARTIGO 15.º

O mandato dos membros dos corpos sociais é de dois anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

ARTIGO 16.º

1 — O exercício social coincide com o ano civil.

2 — Os resultados líquidos obtidos terão a aplicação que os accionistas deliberarem, com respeito pela constituição e reforço dos fundos legalmente exigíveis, podendo aqueles, por maioria simples, deliberarem não distribuir lucros total ou parcialmente ou afectá-los integralmente a reservas livres ou vinculadas.

ARTIGO 17.º

Em caso de dissolução, serão liquidatários os administradores em exercício, salvo se os accionistas deliberarem de modo diverso, na própria deliberação de dissolução.

Está conforme.

30 de Dezembro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Fernanda Maria Lopes Miranda de Moraes*.
2012344836

MATOSINHOSUL — SOCIEDADE
DE CONSTRUÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 503778915; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 34/20051229.

Certifico que pela apresentação supra-referida e em relação à sociedade em epígrafe foi efectuado o registo de dissolução — em liquidação.

Prazo para a liquidação: três anos a contar de 20 de Dezembro de 2005.

17 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Ana Dias do Vale*.
2004073497

MATOSINHOSUL — SOCIEDADE GESTORA
DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 503778869; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 32/20051229.

Certifico que pela apresentação supra-referida e em relação à sociedade em epígrafe foi efectuado o registo de dissolução — em liquidação.

Prazo para a liquidação: três anos a contar de 20 de Dezembro de 2005.

17 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Ana Dias do Vale*.
2004073489

SANTARÉM

BENAVENTE

H. A. T. C. — HEINZ AFRICA TRADING COMPANY
COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Benavente. Matrícula n.º 1147/010314; identificação de pessoa colectiva n.º 505323281; inscrições n.ºs 2 e 3; números e datas das apresentações: DC 1/040331 e DC 2/040331, 4/031229 e 6/040331.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

1.º Nomeação de secretária, por deliberação de 22 de Dezembro de 2003, de Ana Paula Henriques Gomes, divorciada, residente na Rua da Alegria, 68, 2.º, Peniche;

2.º Depósito, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício de 2003 e prestação de contas do exercício a 31 de Março de 2004;

3.º Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 31 de Março de 2004.

22 de Março de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Maria da Conceição de Sousa Pinto Dias*. 2012507271

AGRÍCOLA DO CONCHOSO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Benavente. Matrícula n.º 581/940118; identificação de pessoa colectiva n.º 503119750; inscrição n.º 11; números e data das apresentações: 06 e 09/030714.

Certifico que, em referência à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

1.º Aumento de capital para € 100 000, após o reforço de € 95 000, em dinheiro, com as entradas dos novos sócios: € 57 760 por Júlio Manuel Vitorino Borba, casado com Maria da Assunção Vilar Cabral da Câmara Borba, na separação, residente na Quinta do Outeiro, Castanheira do Ribatejo; € 9310 por cada um dos seguintes: Luísa Maria Cabral da Câmara Borba de Castro, casada com João Frederico Lino de Castro, na separação, residente na Quinta do Outeiro, Castanheira do Ribatejo, Maria da Assunção Cabral da Câmara Borba Veiga, casada com Manuel de Castro Tavares Veiga, na comunhão de adquiridos, residente na Quinta da Broa, Azinhaga, Golegã, Vasco José Cabral da Câmara Borba, casado com Inês Maria Corrêa Henriques de Sousa Rego Borba, na separação, residente na Quinta do Outeiro, Castanheira do Ribatejo, e Guilherme Luís Cabral da Câmara Borba, solteiro, maior, residente na Quinta do Outeiro, Castanheira do Ribatejo.

2.º Transformação em sociedade anónima, por deliberação de 27 de Junho de 2003, com alteração do pacto, que passa ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade, agora sob a forma de anónima, passa a adoptar a firma Agrícola do Conchoso, S. A., regendo-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

2 — A duração da sociedade prossegue por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua do Professor José Clemente F. Rodrigues, 29, 1.º, freguesia e concelho de Benavente.

2 — O conselho de administração poderá deslocar a sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou em concelho limítrofe, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, em território nacional ou no estrangeiro, onde e quando entender conveniente.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto a exploração agrícola ou agro-pecuária em comum, incluindo actividades complementares e acessórias exclusivamente respeitantes à exploração associada ou aos produtos dela provenientes.

ARTIGO 4.º

Mediante deliberação do seu conselho de administração, a sociedade poderá subscrever, adquirir e alienar participações de qualquer espécie, tomar parte ou interessar e noutras sociedades, empresas, agrupamentos complementares, consórcios ou associações existentes ou a constituir, seja qual for o seu objecto, tipo e lei reguladora, bem como fazer-se representar nos respectivos órgãos sociais e praticar todos os actos necessários para tais fins.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

ARTIGO 5.º

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de cem mil euros, representado por cem mil acções com o valor nominal de um euro cada uma.

2 — As acções serão nominativas.

3 — Poderão ser emitidos títulos incorporando uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil ou dez mil acções, todos eles autenticados com o selo branco da sociedade e pelas assinaturas de dois administradores, as quais podem ser apostas por chancela ou reproduzidas por meios mecânicos, nos termos autorizados pela lei.

4 — Os encargos emergentes de quaisquer averbamentos, substituições, divisões ou concentrações dos títulos serão suportados pelos accionistas que tal requeram.

ARTIGO 6.º

Por maioria dos votos expressos em assembleia geral, poderão ser exigidas aos accionistas prestações suplementares até ao montante de seiscentos mil euros.

ARTIGO 7.º

1 — A transmissibilidade entre vivos das acções, quer para accionistas quer para não accionistas, fica subordinada ao consentimento da sociedade, consagrando-se ainda um direito de preferência dos accionistas não alienantes, nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 328.º do Código das Sociedades Comerciais.

2 — O consentimento para a transmissão será pedido por carta registada com aviso de recepção dirigida ao conselho de administração, com conhecimento, por igual via, aos demais accionistas dirigido para o domicílio que constar do registo das acções nos livros da sociedade, com a indicação do nome do transmissário e de todas as condições da transmissão.

3 — A concessão ou recusa do consentimento para a transmissão compete à assembleia geral, deliberação esta que deverá ser aprovada por unanimidade.

4 — A sociedade deverá pronunciar-se sobre o pedido de consentimento nos 60 dias seguintes à recepção da carta aludida no número três anterior.

5 — Se a sociedade recusar o consentimento, deverá a respectiva comunicação ser dirigida ao accionista, através de carta registada com aviso de recepção subscrita pelo conselho de administração, a qual incluirá uma proposta de aquisição por outra pessoa ou entidade das acções nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento.

6 — Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação do preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos previstos no n.º 2 do artigo 105.º do Código das Sociedades Comerciais.

7 — Se o accionista que pretende alienar as acções não aceitar a proposta que lhe foi apresentada pela sociedade, como tal se entendendo se não comunicar o contrário, através de carta registada com aviso de recepção dirigida ao conselho de administração, fica a mesma proposta sem efeito, mantendo-se a recusa do consentimento.

8 — A transmissão para a qual o consentimento foi pedido torna-se livre:

a) Se a sociedade não se pronunciar dentro do prazo estipulado no n.º 5 anterior;

b) Se for omitida a proposta referida no n.º 6 anterior;

c) Se a proposta não abranger todas as acções para cuja transmissão o accionista tenha pedido o consentimento da sociedade;

d) Se a proposta não oferecer uma contrapartida igual ao valor resultante do negócio encarado pelo accionista que pretende alienar as acções, salvo se a transmissão for gratuita ou a sociedade provar ter havido simulação de preço.

9 — Se a sociedade deliberar a aquisição das acções, o direito a adquiri-las será atribuído aos accionistas que declararem pretendê-las no momento da respectiva deliberação, proporcionalmente às acções que então possuírem.

10 — Se os accionistas não exercerem o direito referido no número anterior, pertencerá ele à sociedade.

11 — Se a sociedade deliberar prestar o consentimento à transmissão das acções, os accionistas não alienantes terão direito de preferência na respectiva aquisição, desde que declarem exercer esse direito no momento em que for tomada a deliberação, sendo distribuídas pelos interessados proporcionalmente às acções que então possuírem.